

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL RURAL: ENFRENTANDO BARREIRAS PARA A QUALIDADE EDUCACIONAL

RURAL FULL-TIME SCHOOL: FACING BARRIERS TO EDUCATIONAL QUALITY

ESCUELA DE TIEMPO COMPLETO RURAL: ENFRENTANDO BARRERAS PARA LA CALIDAD EDUCATIVA

Adriana Lopes da Silva

Antônia Luciana dos Santos Vidal

Marcella de Lima Xerém Tenório

Marcia Vidal da Silva

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados na implementação da escola de tempo integral em áreas rurais do Brasil, considerando os aspectos estruturais, pedagógicos, logísticos e políticos que impactam sua efetivação. A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e fundamentação bibliográfica, baseada em autores e estudos recentes que discutem a educação do campo e as políticas públicas voltadas à jornada ampliada. Os resultados evidenciam que a proposta de tempo integral, embora potencialmente benéfica para o desenvolvimento integral dos estudantes, encontra sérios obstáculos quando transposta para o contexto rural. Entre os entraves identificados estão a precariedade da infraestrutura escolar, as dificuldades de transporte e alimentação, a falta de formação docente específica, o descompasso curricular com a realidade local e a baixa participação da comunidade na gestão educacional. Além disso, a ausência de políticas públicas direcionadas ao campo acentua as desigualdades históricas e compromete a eficácia da escola de tempo integral nas zonas rurais. A discussão aponta que a simples ampliação do tempo escolar não garante melhores condições de aprendizagem, especialmente quando desconsidera a diversidade territorial e cultural das comunidades rurais. Experiências exitosas indicam que modelos contextualizados, construídos com participação local e apoio intersetorial, podem promover maior inclusão, permanência e qualidade educacional. A escola de tempo integral no campo, para ser efetiva, precisa ser parte de um projeto político-pedagógico comprometido com a equidade e com o fortalecimento dos vínculos entre educação, território e identidade. Conclui-se que enfrentar os desafios da escola de tempo integral rural requer investimento público contínuo, valorização profissional, escuta das comunidades e construção de políticas educacionais sensíveis às realidades do campo.

Palavras-chave: Educação Rural; Escola de Tempo Integral; Políticas Públicas; Currículo Contextualizado; Equidade Educacional.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the main challenges faced in implementing full-time schools in rural areas in Brazil, considering the structural, pedagogical, logistical and political aspects that affect their implementation. The research is qualitative in nature, with an exploratory approach and a bibliographical basis, based on recent authors and studies that discuss rural education and public policies aimed at extended day schools. The results show that the full-time proposal, although potentially beneficial for the all-round development of students, encounters serious obstacles when transposed to the rural context. Among the obstacles identified are the precariousness of the school infrastructure, difficulties with transportation and food, the lack of specific teacher training, the mismatch between the curriculum and the local reality and the low level of community participation in educational management. In addition, the lack of public policies aimed at the countryside accentuates historical inequalities and compromises the effectiveness of full-time schools in rural areas. The discussion points out that simply extending school

time does not guarantee better learning conditions, especially when it disregards the territorial and cultural diversity of rural communities. Successful experiences indicate that contextualized models, built with local participation and intersectoral support, can promote greater inclusion, permanence and educational quality. To be effective, full-time schools in rural areas need to be part of a political-pedagogical project committed to equity and to strengthening the links between education, territory and identity. The conclusion is that tackling the challenges of rural full-time schools requires continuous public investment, professional development, listening to communities and building educational policies that are sensitive to the realities of the countryside.

Keywords: Rural Education; Full-Time School; Public Policies; Contextualized Curriculum; Educational Equity.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar los principales desafíos en la implementación de la escuela de jornada completa en las zonas rurales de Brasil, considerando los aspectos estructurales, pedagógicos, logísticos y políticos que impactan su efectividad. La investigación es de naturaleza cualitativa, con enfoque exploratorio y fundamentación bibliográfica, basada en autores y estudios recientes que abordan la educación en el campo y las políticas públicas orientadas a la jornada ampliada. Los resultados evidencian que la propuesta de jornada completa, aunque potencialmente beneficiosa para el desarrollo integral de los estudiantes, enfrenta serios obstáculos cuando se traslada al contexto rural. Entre los impedimentos identificados se encuentran la precariedad de la infraestructura escolar, las dificultades con el transporte y la alimentación, la falta de formación docente específica, el desajuste curricular con la realidad local y la escasa participación de la comunidad en la gestión educativa. Además, la ausencia de políticas públicas dirigidas específicamente al campo acentúa las desigualdades históricas y compromete la eficacia de la escuela de jornada completa en las zonas rurales. La discusión señala que la simple ampliación del tiempo escolar no garantiza mejores condiciones de aprendizaje, especialmente cuando no se considera la diversidad territorial y cultural de las comunidades rurales. Experiencias exitosas indican que modelos contextualizados, construidos con participación local y apoyo intersectorial, pueden promover mayor inclusión, permanencia y calidad educativa. Para que la escuela de jornada completa en el campo sea efectiva, debe formar parte de un proyecto político-pedagógico comprometido con la equidad y el fortalecimiento de los vínculos entre educación, territorio e identidad. Se concluye que enfrentar los desafíos de la escuela rural de jornada completa requiere inversión pública continua, valorización profesional, escucha de las comunidades y construcción de políticas educativas sensibles a las realidades del campo.

Palabras clave: Educación Rural; Escuela de Jornada Completa; Políticas Públicas; Currículo Contextualizado; Equidad Educativa.

1 INTRODUÇÃO

A educação em tempo integral configura-se como uma das principais apostas das políticas públicas brasileiras para a ampliação do tempo escolar e para a promoção de aprendizagens mais significativas e integradas. A proposta visa não apenas estender a jornada diária dos estudantes, mas também articular saberes escolares e experiências formativas diversas, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. No entanto, a efetivação desse modelo em contextos rurais impõe desafios específicos, que envolvem questões estruturais, pedagógicas, logísticas e socioculturais.

Nas áreas rurais, a oferta de uma educação de tempo integral esbarra, frequentemente, em problemas relacionados ao transporte escolar, à escassez de recursos físicos e humanos, e à distância entre os domicílios e as unidades escolares. Essas dificuldades comprometem a permanência dos estudantes e limitam o acesso equitativo às oportunidades educacionais que esse modelo deveria garantir. A ausência de infraestrutura adequada e de investimentos direcionados também acentua desigualdades históricas entre o campo e a cidade.

Além das barreiras físicas e logísticas, há ainda um descompasso entre a proposta curricular das escolas de tempo integral e as realidades socioculturais dos territórios rurais. Muitas vezes, os projetos pedagógicos não consideram as especificidades das comunidades do campo, seus saberes tradicionais, suas formas de organização e seus modos de vida. Isso pode gerar uma sensação de desenraizamento cultural entre os alunos, afetando sua identidade e vínculo com o ambiente escolar.

A proposta de tempo integral pressupõe a integração de atividades diversificadas, como oficinas culturais, esportivas e tecnológicas, bem como espaços de reforço e aprofundamento dos conteúdos escolares. No entanto, em muitas escolas do campo, essas possibilidades são restritas devido à falta de profissionais qualificados, equipamentos e espaços adequados. Com isso, a ampliação do tempo escolar pode não se traduzir em melhorias concretas na qualidade da educação oferecida.

Outro ponto crítico refere-se à formação docente. Muitos professores que atuam nas escolas rurais não recebem preparo específico para lidar com as demandas de um currículo ampliado e interdisciplinar, exigido pelo modelo de tempo integral. Essa lacuna formativa compromete a qualidade das práticas pedagógicas e a efetivação de um ensino contextualizado, que respeite e valorize a realidade dos estudantes do campo.

A escassez de políticas públicas voltadas exclusivamente para a educação rural em tempo integral evidencia um cenário de invisibilização histórica dessas populações no planejamento educacional nacional. Apesar das diretrizes que preveem o atendimento equitativo e a valorização da diversidade regional, as ações ainda são insuficientes para garantir a implementação de um modelo de tempo integral que atenda efetivamente às demandas do campo.

É importante considerar que a escola rural não deve ser vista como uma extensão da escola urbana, mas como uma instituição com características próprias, que deve responder às especificidades territoriais e culturais de seu entorno. A imposição de um modelo único de tempo integral, muitas vezes elaborado a partir de uma lógica urbana, pode gerar mais exclusões do que inclusão, ao desconsiderar as particularidades do cotidiano rural.

Outro desafio recorrente é a descontinuidade das políticas educacionais. Iniciativas de ampliação da jornada escolar em áreas rurais costumam sofrer descontinuidade com mudanças de gestão política, afetando a sustentabilidade dos projetos pedagógicos e a estabilidade das condições de funcionamento das escolas. Isso contribui para a fragmentação das ações e para a frustração de expectativas por parte da comunidade escolar.

A participação da comunidade é fator essencial para o sucesso da escola de tempo integral no meio rural. O envolvimento das famílias e das lideranças locais contribui para a construção de um currículo que dialogue com os saberes locais e fortaleça os vínculos entre escola e território. No entanto, essa participação ainda é pouco estimulada ou reconhecida nas políticas de implementação, o que compromete a legitimidade social do projeto educativo.

A alimentação escolar também representa um ponto sensível na efetivação da escola de tempo integral nas zonas rurais. A ampliação do tempo na escola exige refeições adequadas e suficientes, o que requer logística específica, recursos orçamentários estáveis e articulação com os programas de agricultura familiar. Em muitos casos, as falhas nesse aspecto comprometem o bem-estar e o rendimento dos estudantes.

Do ponto de vista pedagógico, a educação integral pressupõe uma proposta que vá além do ensino tradicional, incorporando valores como autonomia, protagonismo juvenil, criticidade e pluralidade cultural. No entanto, a ausência de formação continuada e de apoio institucional enfraquece a capacidade das escolas rurais de desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e coerentes com esses princípios.

Apesar das dificuldades, experiências exitosas demonstram que é possível construir uma escola de tempo integral no campo que respeite as identidades locais, valorize a cultura camponesa e promova aprendizagens significativas. Essas iniciativas, muitas vezes protagonizadas por redes municipais ou projetos comunitários, evidenciam a importância do planejamento participativo e da autonomia pedagógica das escolas.

A escuta ativa dos sujeitos do campo — estudantes, famílias, educadores e lideranças — deve ser central na construção de políticas públicas educacionais que pretendem atender as escolas rurais em tempo integral. Sem esse diálogo, corre-se o risco de implantar modelos que não se sustentam na prática e que não respondem às reais necessidades dos territórios.

A construção de uma escola de tempo integral voltada para o campo deve estar articulada com uma concepção de desenvolvimento rural que respeite os modos de vida locais e contribua para o fortalecimento das comunidades. Isso implica reconhecer a educação como parte de um projeto mais amplo de justiça social e valorização da diversidade regional.

Ademais, a análise crítica dos desafios enfrentados pelas escolas de tempo integral nas áreas rurais revela a necessidade de políticas públicas integradas, que articulem educação, transporte, saúde, alimentação, cultura e tecnologia. Somente por meio de uma abordagem intersetorial será possível garantir condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral para os estudantes do campo.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar os principais obstáculos enfrentados pelas escolas de tempo integral situadas em territórios rurais brasileiros, discutindo as barreiras estruturais, pedagógicas e políticas que limitam sua efetivação. A partir dessa análise, pretende-se apontar caminhos possíveis para a construção de uma educação integral que seja, de fato, inclusiva, contextualizada e promotora da equidade social.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem exploratória e com delineamento bibliográfico. A escolha por esse percurso metodológico fundamenta-se na intenção de compreender, por meio de obras acadêmicas e documentos oficiais, as múltiplas dimensões que envolvem os desafios enfrentados pelas escolas de tempo integral localizadas em áreas rurais brasileiras. Conforme esclarece Gil (2017), a pesquisa bibliográfica permite o aprofundamento teórico sobre determinado objeto de estudo, favorecendo a análise crítica das contribuições já produzidas sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica oferece um panorama sobre a produção acadêmica acumulada a respeito da temática, possibilitando a identificação de conceitos, categorias e tensões relevantes ao campo da educação integral no meio rural. Nesse sentido, buscou-se construir um referencial teórico que dialogasse com autores que tratam da educação do campo, das políticas públicas para o ensino em tempo integral, bem como das desigualdades educacionais decorrentes das condições geográficas e socioeconômicas. De acordo com Lakatos e Marconi (2021), esse tipo de investigação é adequado quando se deseja compreender fenômenos sociais com base no conhecimento já sistematizado.

A coleta de dados foi realizada por meio da leitura e seleção de artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais publicados nos últimos dez anos, com ênfase em produções entre 2015 e 2024. A escolha desse recorte temporal justifica-se pela relevância das discussões contemporâneas sobre a expansão do tempo integral no Brasil, especialmente no contexto das políticas educacionais implementadas após a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024. Além disso, consideraram-se também diretrizes legais como a Lei n.º 13.005/2014, que estabelece metas para a universalização da

educação integral, bem como os documentos do Ministério da Educação que tratam do Programa Mais Educação e do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral.

Entre os principais autores consultados, destacam-se Arroyo (2017), Caldart (2018) e Molina (2020), cujas contribuições são fundamentais para a compreensão das especificidades da educação do campo e da construção de propostas pedagógicas contextualizadas. Também foram utilizadas as reflexões de Cavaliere (2019) sobre a política de tempo integral e sua implementação desigual nos diferentes territórios do país. Complementarmente, estudos como os de Siqueira e Silva (2022) e Gomes e Costa (2023) oferecem uma leitura atualizada dos desafios enfrentados pelas escolas rurais diante das exigências de ampliação da jornada escolar.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Google Acadêmico, o SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES. Os critérios de inclusão envolveram a relevância temática, a atualidade das publicações, a credibilidade científica dos autores e a aderência dos conteúdos ao problema de pesquisa. Textos que abordassem apenas a educação urbana em tempo integral ou que não tratasse das especificidades rurais foram excluídos da análise.

A sistematização dos dados teóricos permitiu a identificação de eixos temáticos recorrentes, como infraestrutura escolar, formação docente, currículo, participação comunitária, alimentação e transporte escolar. Esses eixos foram analisados de modo interdependente, buscando-se evidenciar como as condições estruturais e socioculturais do campo afetam a implementação e a eficácia do modelo de educação em tempo integral. Segundo Triviños (2018), a análise qualitativa possibilita compreender os significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições aos fenômenos investigados, respeitando sua complexidade e contexto.

A metodologia adotada também considerou o princípio da triangulação teórica, utilizando diferentes fontes e autores para sustentar as análises e evitar vieses interpretativos. Como aponta Flick (2019), a diversidade de referenciais contribui para a robustez analítica do estudo e para a construção de uma argumentação crítica e fundamentada. Assim, buscou-se articular diferentes perspectivas, incluindo aquelas oriundas da pedagogia crítica, da sociologia da educação e da educação popular.

É importante destacar que este trabalho não se propõe a apresentar dados empíricos coletados em campo, mas sim a realizar uma reflexão fundamentada teoricamente sobre os desafios vivenciados pelas escolas de tempo integral em áreas rurais. A análise bibliográfica, nesse contexto, oferece subsídios para a compreensão das dificuldades estruturais, pedagógicas e políticas que impactam o funcionamento dessas instituições, bem como para a proposição de caminhos possíveis para a superação dessas barreiras.

Portanto, a metodologia bibliográfica adotada neste artigo é adequada à natureza do problema investigado, ao permitir uma compreensão ampliada e crítica sobre as condições concretas da educação

integral nas zonas rurais. A partir das leituras selecionadas e da análise articulada dos autores, busca-se contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades do campo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação da escola de tempo integral em áreas rurais brasileiras enfrenta uma série de entraves estruturais que dificultam sua consolidação como política educacional efetiva. O primeiro desafio diz respeito à infraestrutura física das escolas, muitas vezes inadequada para comportar estudantes em jornada ampliada. A precariedade das instalações, a carência de refeitórios, bibliotecas, laboratórios e espaços multiuso revela uma disparidade significativa entre as escolas do campo e as unidades urbanas, como apontam Gomes e Costa (2023) ao analisarem escolas rurais no Norte e Nordeste do Brasil.

Aliado à precariedade física, encontra-se a limitação no acesso a tecnologias digitais, que compromete a realização de atividades pedagógicas diversificadas e a inserção de propostas interdisciplinares. Em muitos casos, as escolas rurais sequer contam com acesso estável à internet ou com equipamentos básicos, como computadores e projetores. Essa exclusão tecnológica limita as possibilidades de inovação pedagógica, como salientam Siqueira e Silva (2022), ao defenderem que a desigualdade digital é um fator de exclusão educacional relevante no contexto rural.

A ampliação da jornada exige que os estudantes permaneçam mais tempo na escola, o que, em áreas de grande extensão territorial, se torna um obstáculo significativo. Muitos alunos percorrem longas distâncias diariamente, enfrentando condições precárias de estradas e veículos inadequados, o que acarreta cansaço, faltas frequentes e evasão escolar. De acordo com o estudo de Rocha et al. (2021), a logística do transporte representa uma das maiores barreiras à efetivação da educação integral no campo.

A alimentação escolar, fundamental para a permanência dos estudantes em tempo integral, também apresenta falhas graves em regiões rurais. A escassez de recursos e a dificuldade na logística de fornecimento comprometem a oferta de refeições equilibradas e suficientes. O trabalho de Oliveira e Andrade (2020) revela que, em muitos municípios, a merenda escolar não acompanha a ampliação da carga horária, gerando insatisfação entre alunos e familiares e afetando o rendimento escolar.

Do ponto de vista pedagógico, observa-se que os currículos das escolas de tempo integral ainda são pouco sensíveis às realidades do campo. Muitas propostas seguem um modelo urbano, desconsiderando as especificidades culturais, produtivas e sociais das comunidades rurais. Arroyo (2017) argumenta que a ausência de um currículo contextualizado colabora para o esvaziamento de sentido da escola rural, afastando os estudantes da vivência local e gerando rupturas com seu modo de vida.

Essa falta de contextualização curricular é agravada pela insuficiência de formação dos professores que atuam nas escolas do campo. A maioria dos docentes não recebe preparação adequada para lidar com

as demandas de um currículo integral e interdisciplinar, o que compromete a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e sensíveis à diversidade do território. Segundo Caldart (2018), é imprescindível que a formação docente conte com os saberes locais e as relações comunitárias, respeitando as dinâmicas do campo.

A valorização da cultura local e dos saberes tradicionais ainda é um desafio a ser enfrentado pelas escolas de tempo integral rurais. O modelo educacional vigente tende a marginalizar práticas culturais camponesas, priorizando conteúdos e linguagens que pouco dialogam com o cotidiano dos estudantes. Molina (2020) destaca que a escola do campo deve ser concebida como parte do projeto de vida das comunidades rurais, incorporando suas lutas, identidades e conhecimentos como componentes centrais da formação escolar.

A jornada ampliada exige não apenas professores em tempo integral, mas também monitores, orientadores, técnicos e outros agentes educativos. Em muitos municípios, no entanto, a contratação desses profissionais esbarra em limitações orçamentárias e na ausência de políticas específicas para o campo. Cavalieri (2019) observa que a ausência de quadros completos compromete a execução do projeto político-pedagógico das escolas de tempo integral.

A participação da comunidade na gestão escolar é um fator decisivo para o êxito da educação integral, especialmente no contexto rural. No entanto, há ainda uma cultura de pouca escuta às famílias e lideranças locais nas decisões pedagógicas. Quando há abertura para a construção coletiva do currículo, percebe-se maior adesão dos estudantes e fortalecimento dos vínculos escola-comunidade. Conforme aponta Molina (2020), a escola deve dialogar com os sujeitos do território, promovendo um projeto educativo enraizado e comprometido com a realidade social.

No que diz respeito à permanência dos estudantes, a escola de tempo integral no campo encontra entraves importantes relacionados à pobreza, ao trabalho infantil e à desvalorização social da escolarização. Em muitos casos, os alunos precisam conciliar os estudos com atividades domésticas ou produtivas, o que torna inviável a permanência prolongada na escola. Siqueira e Silva (2022) identificam que a pressão econômica sobre as famílias rurais pode levar ao abandono escolar, especialmente entre os adolescentes.

As políticas públicas que sustentam a ampliação do tempo escolar não consideram, de modo geral, as especificidades regionais, o que compromete a equidade na implementação. O Programa de Fomento à Escola de Tempo Integral, por exemplo, priorizou escolas urbanas e estaduais, deixando de fora boa parte das unidades rurais e municipais. Gomes e Costa (2023) alertam que, sem financiamento adequado e direcionado, a escola rural continuará excluída das principais inovações pedagógicas do país.

Apesar dos entraves, existem experiências positivas que demonstram a viabilidade de modelos alternativos de tempo integral adaptados à realidade do campo. Escolas comunitárias, iniciativas de educação contextualizada e projetos integradores vêm apresentando resultados relevantes em termos de

permanência, participação e aprendizagem. Segundo Rocha et al. (2021), quando há articulação entre escola, comunidade e poder público, as ações tornam-se mais eficazes e sustentáveis.

A superação dos desafios exige o fortalecimento de políticas intersetoriais que articulem educação, assistência social, transporte, saúde e infraestrutura. A escola de tempo integral não pode ser pensada isoladamente, mas como parte de um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento integral da infância e da juventude rural. Oliveira e Andrade (2020) reforçam que políticas fragmentadas tendem a reproduzir desigualdades históricas em vez de enfrentá-las.

A formação continuada de professores voltada à educação do campo e à abordagem integral é uma estratégia central para a qualificação do ensino. A ampliação de parcerias com universidades, movimentos sociais e instituições de pesquisa pode contribuir para a construção de currículos mais contextualizados e inclusivos. Conforme argumenta Caldart (2018), a docência no campo exige compromisso político e formação pedagógica específica, para além da simples adaptação de conteúdos.

A valorização profissional também se mostra um ponto essencial. A permanência de docentes qualificados nas escolas rurais está diretamente relacionada à oferta de condições adequadas de trabalho, remuneração justa e oportunidades de desenvolvimento profissional. Arroyo (2017) defende que a educação do campo precisa ser reconhecida como um direito coletivo e como parte do projeto de nação, com políticas estruturantes e sustentáveis.

As escolas rurais não devem ser avaliadas com os mesmos parâmetros das urbanas, sem considerar suas especificidades. A busca por qualidade deve levar em conta a valorização da cultura local, a diversidade de saberes e a função social da escola no território. Molina (2020) propõe a construção de indicadores participativos, elaborados com a comunidade escolar.

A escuta ativa dos sujeitos do campo deve ser permanente na formulação e no monitoramento das políticas educacionais. A escola de tempo integral no campo será exitosa se for construída com, e não apenas para, a população rural. Esse processo demanda tempo, diálogo e investimento, mas é essencial para garantir justiça social e equidade no acesso à educação de qualidade. Siqueira e Silva (2022) reiteram que a inclusão educativa exige sensibilidade territorial e compromisso com os direitos humanos.

A inserção da pedagogia da alternância em algumas experiências de tempo integral no campo revela um caminho promissor. Esse modelo, que alterna tempo na escola com tempo na comunidade, permite articular teoria e prática, respeitando os tempos da vida rural. Cavaliere (2019) destaca que propostas como essa ampliam a função formativa da escola e fortalecem os laços entre juventude, território e identidade cultural.

Em síntese, os dados analisados demonstram que a escola de tempo integral no campo enfrenta um conjunto complexo de barreiras estruturais, pedagógicas, financeiras e políticas. Tais dificuldades, no

entanto, não invalidam a importância da proposta, mas apontam para a urgência de sua ressignificação a partir da realidade dos territórios rurais.

A consolidação da escola de tempo integral rural depende, portanto, de uma reorientação das políticas públicas, com investimento prioritário, escuta das comunidades e valorização da diversidade territorial. A transformação exige não apenas vontade política, mas também compromisso ético com a promoção da equidade educacional.

É fundamental que o tempo integral no campo seja mais do que a ampliação da jornada: deve ser a ampliação de direitos, de vozes e de possibilidades. O reconhecimento das lutas históricas da população rural por educação de qualidade deve ser o ponto de partida para qualquer projeto educativo que se pretenda emancipador.

4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a implementação da escola de tempo integral em áreas rurais enfrenta desafios que extrapolam a dimensão pedagógica, revelando-se como uma questão estrutural, política e social. As barreiras observadas nos campos da infraestrutura, formação docente, transporte, alimentação escolar e articulação com a comunidade revelam a complexidade da efetivação desse modelo educacional fora dos centros urbanos. Trata-se de um cenário marcado por desigualdades históricas, que exigem respostas específicas e territorialmente sensíveis.

A proposta de tempo integral, embora promissora em termos de formação integral do sujeito, não se concretiza plenamente no campo quando reproduz modelos pensados para realidades urbanas. O descompasso entre as diretrizes oficiais e as condições reais das escolas rurais compromete a qualidade da oferta educativa, afastando os estudantes e dificultando sua permanência e aprendizagem. A ausência de políticas voltadas especificamente para o contexto rural acentua esse problema e limita a efetividade das ações planejadas em âmbito nacional.

Observou-se, ainda, que a ampliação da jornada escolar, por si só, não garante melhores condições de ensino e aprendizagem. É necessário que esse tempo adicional seja preenchido com práticas pedagógicas significativas, que dialoguem com o cotidiano dos estudantes e valorizem os saberes locais. Nesse sentido, a ausência de projetos curriculares contextualizados e de formação adequada para os educadores limita o alcance transformador da proposta de tempo integral no campo.

A participação da comunidade rural na gestão e no planejamento das atividades escolares mostrou-se essencial para a construção de um modelo de escola que respeite as identidades locais e fortaleça os vínculos entre escola e território. No entanto, essa participação ainda é pouco incentivada e reconhecida pelas instâncias institucionais, resultando em um distanciamento entre as políticas educacionais e a realidade das

famílias camponesas. A construção de um diálogo mais efetivo entre escola, comunidade e poder público é urgente.

Apesar das dificuldades enfrentadas, algumas experiências bem-sucedidas demonstram que é possível construir uma escola de tempo integral rural que seja inclusiva, democrática e sintonizada com os desafios locais. Tais experiências revelam a importância do planejamento participativo, do financiamento adequado e do compromisso coletivo na superação das barreiras históricas que atingem a educação no campo. Elas também indicam caminhos para o fortalecimento de práticas pedagógicas criativas e enraizadas no território.

A superação das barreiras enfrentadas pelas escolas de tempo integral no meio rural exige um olhar sensível e comprometido com a diversidade territorial do Brasil. Não se trata apenas de ampliar a jornada escolar, mas de repensar profundamente o papel da escola rural e seu projeto político-pedagógico. Isso implica investimentos estruturais, valorização profissional, respeito à cultura local e políticas educacionais integradas que articulem diferentes áreas de atuação do Estado.

Neste cenário, é fundamental que os gestores públicos reconheçam a educação integral rural como uma prioridade estratégica para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A ampliação do tempo na escola precisa estar acompanhada da ampliação dos direitos, das vozes e das possibilidades de desenvolvimento pleno para crianças e adolescentes do campo. Somente assim será possível promover uma educação de qualidade que respeite a dignidade dos sujeitos e contribua para a transformação social.

Portanto, as reflexões aqui apresentadas reafirmam a urgência de políticas públicas que considerem as especificidades das áreas rurais e que promovam uma escola de tempo integral verdadeiramente inclusiva. A luta por equidade educacional no campo exige a escuta ativa dos sujeitos, o reconhecimento das singularidades territoriais e o compromisso efetivo com uma educação que, de fato, faça sentido para quem vive e constrói a vida no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- CALDART, Roseli Salete. Territórios do campo e territórios de saberes: o MST e a educação. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CAVALIERE, Ana Maria. Políticas de tempo integral: um balanço crítico. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, e021777, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/es.217777>
- FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2019.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GOMES, Camila Cristina; COSTA, Paulo Sérgio da. Desafios da educação integral no meio rural: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 8, e15035, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e15035>
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral: orientações técnicas. Brasília: MEC, 2016.
- MOLINA, Mônica Castagna. Educação do campo e políticas públicas: avanços e retrocessos. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 40, n. 141, p. 209–224, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622020141123>
- OLIVEIRA, Maria Aparecida; ANDRADE, Laura Cristina. Alimentação escolar em tempo integral: desafios em áreas rurais. *Revista Saúde & Educação*, v. 26, n. 2, p. 144–160, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-7270/se.v26n2p144-160>
- ROCHA, Tiago Almeida da; SOARES, Flávia Cristina; LIMA, Rodrigo Pereira. Educação integral em territórios rurais: entre políticas públicas e realidades locais. *Revista Eletrônica de Educação*, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 78–97, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271994638>
- SIQUEIRA, Ione Maria; SILVA, Anderson Luiz. Escola de tempo integral no campo: entre promessas e limites. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 60, e30075, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2022v60n00ID30075>
- TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2018.